

Brasil: O uso de novas tecnologias na formação continuada de professores de ensino médio: a TV Escola

Avelino Romero Pereira

I. HISTÓRICO

Em 1995, o Ministério da Educação iniciou um programa de reforma da educação com o objetivo de adequar o sistema educacional brasileiro ao novo perfil constitucional do país, assim como ao novo contexto das relações políticas e econômicas de âmbito mundial. Nesse movimento, em dezembro de 1996 foi promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa Lei permitiu reposicionar o ensino médio dentro do sistema educacional, definindo-o como etapa final da educação básica, correspondendo aos três últimos anos dos onze de escolaridade básica. Os primeiros oito anos correspondem ao ensino fundamental.

Conforme a Lei, o novo ensino médio tem como finalidades: a consolidação e o aprofundamento de conhecimentos adquiridos anteriormente; a preparação básica para o trabalho e a cidadania; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

Com base na Lei, o Ministério da Educação formulou, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, aprovadas em 1998, que regem a organização pedagógica das escolas de ensino médio do país. Essas Diretrizes estabelecem para os currículos de ensino médio a organização do conhecimento escolar em três áreas, a saber: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Para cada área é definido um conjunto de competências básicas e para o conjunto do currículo são estabelecidos dois princípios pedagógicos – de contextualização e interdisciplinaridade –, que devem assegurar a articulação entre as áreas e seus respectivos conteúdos.

Dentre os desafios para a implementação das mudanças, destaca-se a formação continuada dos profissionais da educação – professores, diretores e técnicos de apoio pedagógico das escolas, técnicos das Secretarias Estaduais de Educação. A situação da formação docente no ensino médio no país não é das piores, se comparada à situação do ensino fundamental (1ª à 8ª série). Dos docentes que atuam hoje no ensino médio, cerca de 90% possuem formação em nível superior. Entretanto, há significativas disparidades regionais, além de carência de professores com formação disciplinar específica e/ou formação peda-

gógica, especialmente na área de Ciências da Natureza e Matemática.

Daí a importância de serem mobilizados diferentes recursos e estratégias para promover a formação continuada desses docentes, a fim de assegurar a eles o pleno domínio dos conhecimentos a serem construídos pelos alunos, dos conhecimentos pedagógicos que viabilizarão a construção de competências pelos alunos, e dos conhecimentos a respeito da utilização de materiais e metodologias a serem mobilizados nas situações de aprendizagem.

Nesse sentido, o Ministério da Educação, por intermédio de sua Secretaria de Educação a Distância, vem desenvolvendo, nos últimos quatro anos, a TV Escola, com uma programação direcionada às escolas de ensino fundamental e médio, baseada na transmissão via satélite de documentários e debates, inclusive interativos, visando tanto à formação continuada dos profissionais quanto ao apoio à atividade pedagógica. O Ministério da Educação, por intermédio das Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios, distribui às escolas o equipamento necessário para captação da programação. Este equipamento é constituído por uma televisão, uma antena parabólica e um vídeo cassete. Cabe às escolas e sistemas a organização do acervo de fitas e o planejamento e execução das atividades de aprendizagem docente e discente.

II. UMA CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

O novo ensino médio brasileiro apóia-se em cinco princípios pedagógicos que têm impacto tanto sobre a organização curricular quanto gerencial das escolas: identidade, diversidade, autonomia, contextualização e interdisciplinaridade.

Ciente de que não se pode desenvolver estratégias de significativa mudança educacional sem que haja coerência entre as ações e os princípios que as devem nortear, o Ministério da Educação vem trabalhando com uma concepção de formação continuada sintetizada na expressão **autoformação de equipes escolares**. Respeitada a diversidade de situações e experiências existentes nas escolas brasileiras e a necessária afirmação de sua identidade, referida à construção de projeto pedagógico próprio, entende-se que a construção da autonomia pedagógica por parte das escolas só se pode dar mediante o exercício mesmo da autonomia.

Nesse sentido, busca-se romper com os modelos tradicionais de formação continuada baseados na oferta centra-

lizada de cursos de “atualização” ou de “reciclagem”, de impacto duvidoso na melhoria dos processos de trabalho docentes. Considerados, portanto, os princípios de identidade, diversidade e autonomia, a formação deverá se desenvolver **por demanda** das escolas e não somente por oferta dos órgãos gestores ou das instituições formadoras.

E, considerados os princípios de contextualização e de interdisciplinaridade, tal formação deverá atentar para a realidade específica da escola e deverá levar em conta a necessária articulação e envolvimento das equipes escolares enquanto coletivos. Espera-se, com isso, superar-se o mero atendimento individualizado, reunindo-se professores de disciplinas específicas colhidos das mais diferentes escolas e realidades. Se, por um lado, a prática tradicional proporciona a troca de experiências, por outro, dificulta a consideração de problemas específicos e a superação da excessiva fragmentação disciplinar hoje verificada nos currículos escolares. Por isso dizemos que a formação continuada será uma formação **na escola e de equipe**.

Claro está que essa definição não invalida a recorrência a estratégias tradicionais para atender a demandas específicas de atualização ou de complementação de estudos. E há que considerar desde já as dificuldades para se compatibilizar o respeito às demandas com o desenvolvimento de programas de caráter universal por parte dos órgãos públicos de gestão educacional, a exemplo da própria TV Escola.

III. O ENSINO MÉDIO NA TV ESCOLA

Desde outubro de 1999, a TV Escola vem exibindo uma faixa específica de programação destinada às escolas de ensino médio, de segunda a sexta-feira, com uma hora diária e duas reprises.

Três vezes por semana é exibido o programa *Como Fazer?*, no qual são transmitidos documentários sobre temas variados, após os quais seguem-se comentários de três professores especialistas em disciplinas diferentes, atendendo-se às três áreas definidas no currículo do ensino médio. Em seus comentários, os professores apresentam orientações práticas, elucidando conceitos e questões apresentadas nos vídeos ou inferindo conceitos e questões não mencionados diretamente; sugerindo atividades a serem desenvolvidas com os alunos, além de indicações quanto a materiais de fácil acesso ou elaboração. Após os comentários individuais, segue-se um *momento de interdisciplinaridade*, em que os professores sistematizam suas observações, esboçando projetos integrados que poderiam ser desenvolvidos nas escolas.

Outro programa organizado conforme lógica semelhante é o *Acervo*, que vai ao ar uma vez por semana com documentários longos, de cerca de uma hora, exibidos na íntegra. Para compor o programa e orientar os professores, são gravados comentários bastante curtos, veiculados antes dos vídeos e que servem apenas para despertar ou direcionar a atenção para alguns aspectos do que será apresentado.

Além das sugestões gravadas em vídeo e transmitidas às escolas, os professores elaboram uma ficha escrita, contendo indicações precisas quanto às competências e conceitos que podem ser construídos a partir das atividades sugeridas, descrições minuciosas destas atividades, informações e conhecimentos necessários para o seu des-

envolvimento, bem como sugestões de leitura, vídeos, *sites* na *internet* etc. O conjunto dessas fichas é disponibilizado via *internet* e, por meio impresso, é encaminhado às escolas para compor o acervo das mesmas e orientar o uso dos vídeos.

Uma grande inovação que esse formato traz está no recurso a professores de ensino médio como comentaristas. Rompe-se, com esse formato, os modelos tradicionais de programas que utilizam atores ou apresentadores de televisão, artificializando as abordagens e comprometendo a própria credibilidade dos programas junto ao público alvo. Ao contrário, recorrendo-se a professores que falam para professores, permite-se maior identificação entre o programa e a escola e maior credibilidade, na visualização concreta de que é possível realizar mudanças na ação pedagógica, uma vez que quem as está comunicando são profissionais que as puseram efetivamente em prática.

Outra vantagem é que um mesmo programa alcança dois objetivos: a orientação pedagógica ao professor e a sua atualização ou complementação de estudos, mediante a exibição de documentários recentes, rigorosamente selecionados conforme critérios de pertinência à faixa etária dos alunos, de pertinência frente às demandas formuladas pelas equipes escolares, e de qualidade quanto ao tratamento dos temas e à resolução técnica.

O terceiro programa da faixa do ensino médio chama-se *Ensino Legal*. Trata-se de um programa de debates, enriquecido com entrevistas e documentários curtos, cujo tema é a própria reforma educacional. Visa a esclarecer e exemplificar a aplicação de seus princípios filosóficos, epistemológicos e pedagógicos nas atividades de docência e de gestão. Direcionado não só aos professores, deve apoiar o trabalho de reflexão e formação de diretores e técnicos das escolas e das Secretarias de Educação, além do trabalho de difusão junto aos alunos e à comunidade externa à escola.

Além desses três programas, a TV Escola veicula o *Salto para o Futuro*, programa de debate interativo, cujos temas atendem as demandas feitas ao Ministério da Educação, pelas escolas e Secretarias de Educação de Estados e Municípios, abordando todos os níveis e modalidades de educação. A recepção é organizada em telepostos ou nas próprias escolas e preparada com o envio prévio de textos orientadores das discussões e apóia-se na interação ao vivo, mediante telefone, *fax* ou *e-mail*.

IV. DIFICULDADES E PERSPECTIVAS

O Ministério da Educação tem realizado avaliações sobre o impacto e a efetividade da programação da TV Escola junto às escolas e às Secretarias de Educação. Destacamos uma avaliação realizada em 1999 pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, São Paulo). Embora esteja centrada na programação veiculada para apoiar o ensino fundamental, suas conclusões permitem fazer algumas reflexões igualmente válidas para o ensino médio.

Além dessa avaliação formal, nos valem aqui de informações colhidas em contatos diversos com professores que procuram o Ministério, para obter informações e materiais, e em contatos diretos com as equipes das Secretarias Estaduais de Educação responsáveis pela gestão das redes de escolas de ensino médio, em reuniões especial-

mente realizadas para discutir, planejar e avaliar as ações desenvolvidas.

As avaliações têm revelado algumas dificuldades que devem ser consideradas. Primeiramente, há as dificuldades de ordem técnica ou infra-estrutural. Há problemas quanto à falta de espaço apropriado nas escolas para a instalação dos equipamentos de recepção e gravação, organização do acervo de fitas e manutenção do equipamento.

Alguns dos professores e diretores entrevistados queixaram-se da falta de treinamento para o uso pedagógico dos programas. No caso da programação voltada para o ensino médio, esta dificuldade pode ser considerada superada, uma vez que o próprio programa já está concebido de modo a propiciar aos professores orientações quanto ao uso do material.

Uma terceira ordem de dificuldades diz respeito ao pouco uso da programação na própria formação continuada dos professores, resultante da situação institucional da escola. As razões apontadas pela pesquisa para o problema são a baixa escolaridade dos diretores de escola –problema menor no caso do ensino médio–, a ausência de coordenador pedagógico para dinamizar o trabalho, a ausência de um técnico específico para cuidar da organização e manutenção do equipamento e do acervo, a falta de tempo para que os professores assistam aos programas –muitos revelaram assisti-los fora da escola– e a ausência de projeto pedagógico na escola.

Um importante índice da situação de utilização efetiva do programa por parte das equipes escolares é a gravação dos programas, para reprodução e utilização posterior na escola: a pesquisa amostral realizada em 1999 revelou que, embora o Ministério tivesse veiculado 2.757 filmes, 49,5% das escolas possuíam menos de 100 deles gravados, 26% possuíam mais de 100 e 20% não possuíam nenhum.

As dificuldades permitem tecer comentários sobre a problemática da autonomia das escolas, seja no âmbito financeiro, gerencial ou pedagógico. Como a implementação do programa foi movida pela lógica da descentralização das ações e políticas públicas do Ministério da Educação, os recursos para a compra dos equipamentos foram repassados às Secretarias ou às escolas. Entretanto, tem faltado tanto às Secretarias quanto às escolas prever recursos para a manutenção dos equipamentos e para a compra de fitas de vídeo para as gravações. Isso, sem dúvida, reflete ainda um certo nível de resistência à incorporação das novas tecnologias ao cotidiano escolar. Outro indício disso é a reivindicação que muitos professores fazem no sentido de haver um profissional específico para acompanhar a utilização da programação na escola, reveladora da própria dificuldade, fruto de desconhecimento ou até temor de muitos professores com relação ao uso do equipamento.

Ao lado das dificuldades de ordem financeira, há que se considerar os aspectos pedagógicos diretamente envolvidos no problema. A ausência de projeto pedagógico na escola é um fato que tem impacto não só sobre a construção da efetiva autonomia pedagógica, mas também so-

bre a autonomia administrativa, visto que esta dimensão do trabalho escolar deve estar submetida e voltada à dimensão pedagógica. A inexistência do projeto pedagógico como obstáculo indica a fraqueza da escola enquanto espaço de ação coletiva no encaminhamento de soluções para seus próprios problemas. Indica, portanto, o estado incipiente em que se encontra o processo de construção da autonomia da escola, o que, sem dúvida, tem reflexos na construção da autonomia do educando, princípio inscrito nas finalidades do ensino médio e da educação como um todo.

Sem dúvida, a principal dificuldade na implementação da estratégia de formação continuada adotada, centrada na escola e na ação autônoma de sua equipe, reside no fato de que o sucesso da estratégia depende da própria finalidade a ser alcançada, que é a efetiva construção da autonomia da escola. Para fugir à tautologia presente no dilema, é preciso primeiramente reconhecer, como já fizemos acima, que não se pode educar para a autonomia sem o exercício da autonomia. Nesse sentido, não se pode abrir mão de envolver e comprometer o professor no processo de sua própria formação continuada, sob pena de não se conseguir que ele se constitua um agente autônomo na coordenação do processo de trabalho pedagógico realizado no interior da escola.

Avançando nessa perspectiva, é preciso ainda reconhecer que a autonomia deve ser entendida como conceito e como prática **em construção**, ou seja, como processo dinâmico e dialético, amparado na interação de fatores variados, desde os agentes diretos que atuam nas escolas até os agentes fomentadores situados nos órgãos de gestão – Secretarias e Ministério da Educação. O caminho está em conceber e aplicar estratégias eficientes de difusão, avaliação e assistência técnica permanente, para apoiar as escolas em seu trabalho de organização, planejamento, execução e avaliação interna. A distribuição às Secretarias e às escolas de material impresso com orientações sobre o próprio uso do programa tem sido uma ação importante para torná-lo mais conhecido e de uso mais eficiente. Além disso, a parceria entre o Ministério e as Secretarias tem levado à realização constante de encontros entre os técnicos responsáveis pelo acompanhamento do programa, de maneira a assegurar a concretização de tais estratégias e ações.

Não obstante as dificuldades, as avaliações têm demonstrado um progressivo avanço em todos os sentidos, na medida em que revelam índices crescentes, embora ainda abaixo do necessário, de utilização do programa com fins de formação continuada e de apoio pedagógico. A conclusão otimista é que, apesar das dificuldades, têm sido alcançados patamares sucessivamente mais altos de incorporação das tecnologias audiovisuais ao cotidiano das escolas, ao passo em que se reduz a resistência dos educadores. A continuidade e revisão permanente das ações, referidas ao reconhecimento do caráter dinâmico do processo de construção da autonomia escolar, sem dúvida permitirá novos resultados positivos no futuro.